

JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO POR QUEBRA DE CRONOLOGIA

Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada - Crédito da Empresa Costa Camargo Comercial de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ 36.325.157/0001-34, - Fornecimento de medicamentos alopáticos, para a Casa de Saúde São Francisco de Assis-CSSFA, Registro de Preços 114 e 115/2016, - relevantes razões de interesse público para pagamento de obrigação - Art. 5º da Lei 8666/93 e art. 12º do Decreto 37.924/96 - imprescindibilidade atender ao Serviço de Hotelaria e Manutenção/CSSFA/FHEMIG.

Considerando que a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG foi instituída em 1997, pela fusão de três fundações FEAL (atendimento aos portadores de Hanseníase), FEAMUR (urgência e emergência) e FEAP (atendimento psiquiátrico), todas vinculadas a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, tendo seu patrimônio constituído em sucessão pelos bens e direitos dessas fundações extintas, o mesmo ocorrendo com as obrigações assistenciais pela Lei Estadual 7.088/1977;

considerando que a FHEMIG está vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES) e é prestadora de serviço de complexidade secundária e terciária, exclusivamente para o sistema único de Saúde (SUS), de acordo com o decreto nº 45.691/2011 que contém em seu Estatuto a definição de suas finalidades e competências;

considerando que a Fundação integra vinte e uma unidades assistenciais, as quais atuam em seis complexos assistenciais, dentre essas a CSSFA que está inserida como Complexo de Reabilitação e Cuidado ao Idoso;

considerando que a Saúde é um direito social traduzido em ações de políticas públicas e que visa, sobretudo, perquirir a preservação da vida do usuário do sistema único de saúde, necessitando atendimento pleno ao paciente;

considerando que o Decreto 47.101 de 05/12/2016, veio reconhecer a situação de calamidade financeira do Estado, uma vez que este é responsável pela execução de inúmeras políticas públicas, inclusive prestações de serviços públicos essenciais à garantia da dignidade da pessoa humana e que as circunstâncias financeiras críticas e excepcionais colocam em risco a sua capacidade de prover a manutenção dos serviços públicos essenciais a sociedade;

considerando a debilidade da saúde financeira e a existência de serviços essenciais, sobretudo os que possuem circulação direta com a atividade finalística da FHEMIG, que não podem sofrer soluções de continuidade, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida da população que dependem dos serviços ofertados pelo sistema único de saúde do Estado de Minas Gerais;

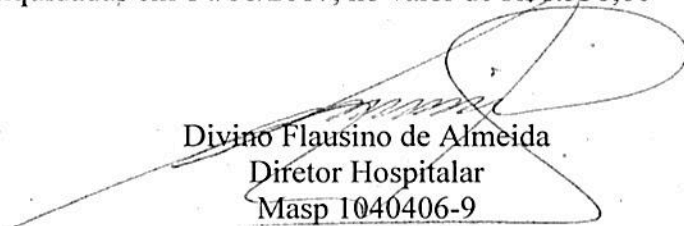
considerando o comando do art. 5º da lei 8.666/93 que cada Unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciadas de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente devidamente publicada;

considerando que o insumo é imprescindível para o tratamento dos pacientes atendidos por esta Unidade Hospitalar

considerando que alguns itens fornecidos pela empresa já se encontram com estoque comprometido

é nesse contexto que a relevância do interesse público requerido e a necessidade da FHEMIG em manter o abastecimento do insumo, vem justificar a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo art. 5º da Lei 8555/93 e art 12º do Decreto 37.924/96, a fim de se evitar o desabastecimento do insumo.

Pelas razões expostas, solicitamos o pagamento das Notas Fiscais nº 53912 de 26/12/2016, 52625 de 29/11/2016, 53293 de 14/12/2016, 53291 de 14/12/2016, 54837 de 27/01/2017, liquidadas em 14/06/2017, no valor de R\$1.538,60



Divino Flausino de Almeida
Diretor Hospitalar
Masp 1040406-9
CSSFA/FHEMIG